## COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

**COMUNICADO**
Balanço Patrimonial - Hospital de Base de Bauru - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

# FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
CNPJ/MF 46.230.439/0001-01
**HOSPITAL DE BASE BAURU – HBB**
CNPJ/MF 46.230.439/0013-45

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Aos Conselheiros e Administradores da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP - HOSPITAL DE BASE BAURU-** Bauru – SP**. OPINIÃO:** Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP –** referente ao convênio do **HOSPITAL DE BASE BAURU,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP –** referente ao convênio do **HOSPITAL DE BASE BAURU** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000) e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002). **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **INCERTEZA RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL:** Conforme a nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras da Entidade apresentam passivo a descoberto no montante de R$ 16.932.597,94 e o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 12.635.420,91, requerendo a manutenção de forte gestão administrativa e negociação com o Estado para suprir essa deficiência. Este fator é um indicativo de que a continuidade normal das operações da Entidade depende do êxito das medidas tomadas pela Administração. Neste sentido, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Leitura das demonstrações financeiras -** Conforme mencionado na nota explicativa n°1, o **HOSPITAL DE BASE BAURU** não possui personalidade jurídica própria, visto que a FAMESP é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da FAMESP. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.
**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES** **Vagner Alves Lira**
CRC 2SP033482/O-3 CT CRC Nº SP222941/O-8

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em Reais)**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 3.530.784,89 | 1.889.144,06 |
| Estoques | 4 | 2.135.773,74 | 2.294.256,53 |
| Contas Correntes | 11 | 159.280,45 | 132.413,21 |
| Adiantamentos Diversos | | 14.688,28 | 21.046,43 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **5.840.527,36** | **4.336.860,23** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Depósitos Judiciais | | 70.413,58 | 322.610,30 |
| Imobilizado | 5 | 9.030.864,81 | 7.373.548,60 |
| Intangível | 6 | 279,16 | 279,16 |
| **Total do Ativo Não Circulante** | | **9.101.557,55** | **7.696.438,06** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **14.942.084,91** | **12.033.298,29** |

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 6.530.289,01 | 4.147.646,66 |
| Salários a Pagar | 7 | 3.049.949,48 | 3.062.970,06 |
| Férias e Encargos a Pagar | 3.e | 5.295.846,78 | 5.337.940,90 |
| Tributos a Recolher e Outras Obrigações Pessoal | 8 | 2.310.531,09 | 2.231.544,02 |
| Contas a Pagar | | 738.060,49 | 486.353,55 |
| Contas Correntes | 11 | 551.271,42 | 641.977,39 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **18.475.948,27** | **15.908.432,58** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Provisão para Demandas Judiciais | 9 | 1.898.079,81 | 2.165.095,34 |
| Repasses para Investimento | 3.i | 11.500.654,77 | 6.944.211,92 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **13.398.734,58** | **9.109.307,26** |
| **PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)** | | | |
| Variação Patrimonial | | (16.932.597,94) | (12.984.441,55) |
| **Total do Patrimônio Social (Passivo a descoberto)** | | **(16.932.597,94)** | **(12.984.441,55)** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)** | | **14.942.084,91** | **12.033.298,29** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Repasses SESSP - Convênio | 111.181.418,00 | 117.574.800,00 |
| Receita Amortização Repasse Para Investimento | 451.725,15 | 439.317,85 |
| Outras Receitas | 306.135,75 | 252.716,06 |
| | **111.939.278,90** | **118.266.833,91** |
| **Despesas** | | |
| Com Pessoal | (68.235.988,27) | (68.910.658,28) |
| Serviços Especializados | (12.380.792,81) | (14.325.330,79) |
| Com Medicamentos | (25.582.754,76) | (24.749.052,74) |
| Administrativas | (10.087.831,72) | (10.484.459,14) |
| | **(116.287.367,56)** | **(118.469.500,95)** |
| **Resultado Operacional** | **(4.348.088,66)** | **(202.667,04)** |
| Receitas Financeiras Líquida | 132.756,34 | 119.180,54 |
| Perda na Baixa Ativo Permanente | - | (37.403,99) |
| Reversão de Provisão para Demandas Judiciais | 267.015,53 | 512.819,27 |
| Receita com Doação | 160,40 | 2.655,00 |
| **(Déficit) Superávit do Exercício** | **(3.948.156,39)** | **394.583,78** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** | **(3.948.156,39)** | **394.583,78** |
| Resultados Abrangentes | - | - |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **(3.948.156,39)** | **394.583,78** |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| | Variação Patrimonial | Total |
|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2019 (Passivo a descoberto)** | **(13.379.025,33)** | **(13.379.025,33)** |
| Superávit do Exercício | 394.583,78 | 394.583,78 |
| **Saldos em 31/12/2020 (Passivo a descoberto)** | **(12.984.441,55)** | **(12.984.441,55)** |
| Déficit do Exercício | (3.948.156,39) | (3.948.156,39) |
| **Saldos em 31/12/2021 (Passivo a descoberto)** | **(16.932.597,94)** | **(16.932.597,94)** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)**

| **Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais** | **2021** | **2020** |
|---|---|---|
| **(Déficit) Superávit do Exercício** | **(3.948.156,39)** | **394.583,78** |
| **Itens que não afetam o Caixa:** | | |
| Depreciação | 565.229,46 | 537.509,06 |
| Perda na alienação de Ativo Imobilizado | - | 37.403,99 |
| Reversão e Provisão para Demandas judiciais | (267.015,53) | (512.819,27) |
| Amortização de Repasses para Investimento | (451.725,15) | (439.317,85) |
| **Resultado antes das mudanças no capital de giro** | **(4.101.667,61)** | **17.359,71** |
| **Ativos:** | | |
| (Aumento) Redução em Estoques | 158.482,79 | (658.238,07) |
| (Aumento) Contas Correntes – Ativo | (26.867,24) | 60.751,58 |
| (Aumento) Depósitos Judiciais | 252.196,72 | - |
| (Aumento) Redução dos Adiantamentos | 6.358,15 | 3.147,03 |
| **Passivos**: | | |
| Aumento (Redução) nos Conta Correntes – Passivo | (90.705,97) | 81.466,96 |
| Aumento (Redução) em Fornecedores | 2.382.642,35 | 616.812,02 |
| Aumento (Redução) das Obrigações com Funcionários | (55.114,70) | 157.064,16 |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar | 251.706,94 | 229.994,75 |
| Aumento (Redução) de Impostos e Obrigações Sociais a Pagar | 78.987,07 | 67.029,56 |
| Aumento (Redução) de Repasse para Investimento | 5.008.168,00 | 689.659,00 |
| **Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais** | **3.864.186,50** | **1.265.046,70** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento** | | |
| Aquisição de Ativo Imobilizado | (2.222.545,67) | (1.556.320,50) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(2.222.545,67)** | **(1.556.320,50)** |
| **Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1.641.640,83** | **(291.273,80)** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no começo do exercício | 1.889.144,06 | 2.180.417,86 |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício** | **3.530.784,89** | **1.889.144,06** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)**
**1. ATIVIDADES OPERACIONAIS:** O **HOSPITAL DE BASE BAURU,** iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 2013 e tem como objeto contribuir com a Entidade, desenvolvendo a saúde, prestando assistência médico-hospitalar, conforme princípios definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo a promoção, proteção, prevenção e educação para a saúde e fomentando a pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à saúde. A **Fundação Para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP**, entidade sem fins lucrativos, de acordo com a ata da 4.ª Reunião Extraordinária do seu Conselho de Administração, realizada em 06 de dezembro de 2012, assumiu a gestão do Convênio de Parceria de Gestão de Serviços Públicos de Saúde, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a FAMESP – publicado no DOE de 20/12/2012 - para a administração dos serviços de saúde do HOSPITAL DE BASE BAURU, sendo de sua exclusiva responsabilidade a aquisição de material de consumo, medicamentos, equipamentos médico-hospitalares e contratação de pessoal, administrando os recursos enviados pela Secretaria da Saúde. O convênio se encerrou em 14/12/2017. Em 14/12/2017 foi firmado novo convênio através do Processo nº 001.0500.000059/2017, para a administração dos serviços de saúde do **HOSPITAL DE BASE BAURU**, sendo válido por 5 anos a iniciar da data de sua assinatura, com vigência até dezembro de 2022. Em 2021 a FAMESP - Hospital de Base Bauru apresentou passivo a descoberto no montante de R$ 16.932.597,94. A administração está atuando fortemente na redução dos custos hospitalares deste convênio, além de discutir junto à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a adequação dos repasses aos custos necessários para atendimento da demanda atual de pacientes, bem como, para a cobertura dos custos já incorridos em períodos anteriores. Neste exercício houve esforço e sucesso na redução de custos em 1,8%, porém os repasses foram reduzidos em 5,4%.
**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas

**continua**

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

**continuação**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Base de preparação: a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **c. Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. A conclusão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da FAMESP em 04 de fevereiro de 2022.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Ativo Circulante:** O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **c) Imobilizado:** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil econômica dos bens, contabilizados no resultado do exercício. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que elas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos. **d) Intangível:** Conforme demonstrado na nota explicativa n° 6, o Intangível está contabilizado pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Entidade são amortizados durante o período de cinco anos. **e) Férias e Encargos a Pagar:** Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. **f) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada no artigo 150, inciso VI, letra "C" da Constituição Federal de 1988. **g) Passivo Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. **h) Apuração do Resultado :** Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas e das receitas do exercício. **i) Repasse para Investimentos:** Refere-se ao reconhecimento de repasses/subvenções destinadas a aquisição de ativos imobilizados, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que toda subvenção destinada a investimento será registrada em passivo não circulante e amortizado de acordo com depreciação ou amortização dos ativos adquiridos com estes recursos.

**4. ESTOQUES**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Medicamentos | 429.518,72 | 505.170,63 |
| Material médico hospitalar | 850.035,81 | 1.155.679,56 |
| Outros materiais de consumo hospitalar | 41.741,35 | 44.675,60 |
| Almoxarifado | 814.477,86 | 588.730,74 |
| | **2.135.773,74** | **2.294.256,53** |

**5. IMOBILIZADO**

| CUSTO AQUISIÇÃO | 2020 | Adições | Baixas | 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Equipamento de CPD | 591.696,71 | 3.318,00 | - | 595.014,71 |
| Móveis e Utensílios | 1.228.827,78 | 238.975,39 | - | 1.467.803,17 |
| Móveis e Utensílios Hospitalares | 1.173.224,92 | 76.630,00 | - | 1.249.854,92 |
| Veículos | 150.210,17 | - | - | 150.210,17 |
| Equipamentos Hospitalares | 5.902.673,62 | 1.903.622,28 | - | 7.806.295,90 |
| Máquinas e Equipamentos | 84.503,01 | - | - | 84.503,01 |
| Obras em Andamento | 1.228.625,94 | - | - | 1.228.625,94 |
| | **10.359.762,15** | **2.222.545,67** | | **12.582.307,82** |
| **(-) DEPRECIAÇÃO** | | | | |
| Equipamento de CPD | (542.858,79) | (4.828,62) | - | (547.687,41) |
| Móveis e Utensílios | (390.913,69) | (89.671,46) | - | (480.585,15) |
| Móveis e Utensílios Hospitalares | (426.150,65) | (77.544,86) | - | (503.695,51) |
| Veículos | (90.126,60) | - | - | (90.126,60) |
| Equipamentos Hospitalares | (1.520.194,26) | (387.607,40) | - | (1.907.801,66) |
| Máquinas e Equipamentos | (15.969,56) | (5.577,12) | - | (21.546,68) |
| | **(2.986.213,55)** | **(565.229,46)** | | **(3.551.443,01)** |
| | **7.373.548,60** | **1.657.316,21** | | **9.030.864,81** |

Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da interpretação técnica ICPC 10, que versa sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimentos dos pronunciamentos técnicos CPCs de PME, a Fundação revisa a vida útil do ativo imobilizado do **HOSPITAL DE BASE BAURU,** para efeito de cálculo das depreciações**.** A revisão foi elaborada com base na posição do ativo imobilizado em 01 de janeiro de 2013 (data que a FAMESP passou a administrar o hospital) e consideraram os fatores e premissas elencados no item 34 da citada ICPC 10. A taxa de depreciação foi definida por classe de ativos ou individualmente, se a natureza do bem e/ou padrões de utilização diferenciados assim o exigiram, sendo a análise amparada por documentos externos, se necessário.

**6. INTANGÍVEL**

| CUSTO AQUISIÇÃO | 2020 | Adições | 2021 |
|---|---|---|---|
| Softwares | 27.943,50 | - | 27.943,50 |
| | **27.943,50** | **-** | **27.943,50** |
| **(-) DEPRECIAÇÃO** | | | |
| Softwares | (27.664,34) | - | (27.664,34) |
| | **(27.664,34)** | **-** | **(27.664,34)** |
| | **279,16** | **-** | **279,16** |

**7. SALÁRIOS A PAGAR:** Valores relativos ao saldo líquido de salários a serem liquidados no quinto dia útil do mês seguinte à competência.

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | 3.049.949,48 | 3.062.970,06 |
| | **3.049.949,48** | **3.062.970,06** |

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| F.G.T.S a Pagar | 555.044,38 | 537.051,49 |
| I.R.R.F serviços PJ e PF | 27.042,78 | 23.987,32 |
| I.S.S a Pagar | 42.208,69 | 41.654,38 |
| COFINS / CSLL / PIS a Pagar | 93.848,86 | 62.096,05 |
| I.N.S.S. sobre salários a Pagar | 247.446,05 | 308.554,67 |
| I.N.S.S. - PJ e PF a Pagar | 53.193,81 | 27.055,84 |
| Empréstimos Consignados - Desconto em Folha | 220.917,40 | 208.715,98 |
| Pensão Judicial a Pagar | 21.771,48 | 15.924,21 |
| I.R.R.F Folha de Pagamento | 969.403,27 | 934.269,00 |
| Outros Descontos Folha de Pagamento | 79.654,37 | 72.235,08 |
| | **2.310.531,09** | **2.231.544,02** |

**9. DEMANDAS JUDICIAIS:** A FAMESP efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgiram no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perda provável, que se referem as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, devendo ser divulgadas as perdas possíveis. **Processos Trabalhistas:** Ações trabalhistas movidas por ex-funcionário contra a FAMESP-HBB pleiteando a reintegração ao trabalho, pagamento dos salários vencidos e vincendos, horas extras e reflexos. Foram ajuizadas ações pleiteando indenizações por danos morais e materiais e ações de anulação de processos seletivos, além de mandado de segurança visando a garantia de direito em participação em processos de registros de preços. De acordo com os assessores jurídicos da Entidade, para suportar o risco envolvido, foi constituída uma provisão de R$ 1.898.079,81. Para fins de divulgação, também conforme a opinião de nossos assessores jurídicos, o montante relativo às demandas judiciais trabalhistas classificadas como perdas possíveis e que não estão registradas, de acordo com orientação do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - é de R$ 3.311.190,19 em 31 de dezembro de 2021.

**10. RESSARCIMENTO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO FAMESP:** Em 11/12/2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SS nº 116, de 10/12/2012, que dispõe sobre a proibição de retenção de valores dos repasses financeiros destinados a convênios e contratos de gestão celebrados no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a título de taxa de administração. Contudo, o mesmo documento legal, autoriza o ressarcimento da despesa operacional, através de rateio, na hipótese de concentração pela Organização Social de Saúde, de parte dos serviços gerenciais em suporte técnico direto à Administração, vinculado aos convênios e contrato de gestão. No dia 09/11/2019, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SS nº 107, de 08/11/2019, que revogou a Resolução SS nº 116, mantendo a permissão para ressarcimento da despesa operacional, através de rateio, na hipótese de concentração pela Organização Social de Saúde, de parte dos serviços gerenciais em suporte técnico direto à Administração, vinculado ao convênio. Desta forma, buscando se adequar à nova realidade, a FAMESP passou a ratear suas despesas, repassando proporcionalmente este valor a cada unidade por ela administrada, utilizando-se como critério de rateio, o valor repassado pela Secretaria de Saúde. Em 2021 o repasse do Hospital de Base de Bauru representou o montante de R$ 1.022.518,23, estando classificado dentro de despesas administrativas.

**11. CONTAS CORRENTES:** Os valores demonstrados a seguir se referem à prestação de serviços administrativos e assistenciais realizados entre as filiais FAMESP.

| Contas Correntes Ativas | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| HEB | 71.495,99 | 57.465,79 |
| MSI | 17.903,14 | 18.760,82 |
| AME BAURU | 9.942,50 | 6.271,12 |
| AME ITAPETININGA | 20.481,75 | 6.473,56 |
| AME TUPA | 8.052,08 | 26.178,36 |
| LUCY MONTORO | 4.655,04 | 2.413,20 |
| FAMESP | 26.749,95 | 14.850,36 |
| **Total** | **159.280,45** | **132.413,21** |
| **Contas Correntes Passivas** | | |
| FAMESP – OS | 150.907,51 | 164.657,10 |
| HEB | 381.701,61 | 424.408,63 |
| MSI | 6.756,88 | 3.727,34 |
| AME BAURU | 11.905,42 | 49.184,32 |
| **Total** | **551.271,42** | **641.977,39** |

**12. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS:** Em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra "C" e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2020: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS sobre Faturamento; COFINS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Cota Patronal INSS - Folha de Pagamento; Cota Patronal INSS – Prestadores Serviço PF; PIS – Folha de Pagamento; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. A **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP**, usufrui de benefícios relativos às imunidades previdenciárias – cota patronal, devido ao certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 17/10/2003 com validade até 16/10/2006 por meio do processo nº 44006.001116/2002-51. Tendo sido renovado através do processo nº 71010.001738/2006-17 com validade até 16/10/2009. Devido a alteração da Lei nº 12.101/2009 o certificado passou a ser emitido pelo Ministério da Saúde. Em 20/11/2017 através da Portaria nº1759 publicada no DOU em 01/12/2017, foi deferido o certificado com validade de 17/10/2009 a 16/10/2012. Foi protocolado em 26/06/2012 requerimento de renovação cujo processo está registrado sob o nº 25000.108508/2012-28 com validade de 17/10/2012 a 16/10/2015, sendo que, em 24/09/2018 o referido pedido foi indeferido, mas conforme posição dos assessores jurídicos, este indeferimento não deverá inferir em contingência à FAMESP, inclusive porque, na sequência, a entidade protocolou novo requerimento de renovação do certificado de filantropia em 09/09/2015 conforme processo nº 25000.147161/2015-81, válido para o período de 17/10/2015 a 16/10/2018. Nos termos da Portaria n. 1.856, de 26 de novembro de 2018, o pedido foi deferido, tendo como validade o período de 03 (três) anos a contar da data da publicação no Diário Oficial da União – DOU, de 28 de novembro de 2018. Assim, a FAMESP está certificada até novembro de 2021. Em 02/06/2021, a FAMESP protocolou, tempestivamente, requerimento de renovação conforme SEI nº 25000.084391/2021-71, o qual se encontra pendente de julgamento junto ao Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde – Ministério da Saúde - DCEBAS/MS, sendo assim, até a presente data, o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que ***"A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".***

**13. COMPROMISSOS:** No encerramento do exercício de 2021, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

**14. Efeitos da Pandemia – Covid-19 e outros:** O advento e a eclosão do SARS-Cov-2 em 2020 fomentou o Hospital de Base de Bauru a reforçar e ampliar medidas de prevenção para os seus colaboradores, prestadores de serviços e usuários elaborando plano de contingência para orientar todos os colaboradores no enfrentamento da pandemia. A distribuição de EPI's foi ampliada, além de ter sido necessária a realização de adequações físicas e comportamentais com a finalidade de reduzir os impactos e implicações insalubres aos colaboradores. Uma das ações no plano estadual de combate ao COVID foi a assunção de atividades assistenciais não pertencentes ao convênio, provenientes de outra unidade hospitalar, que está como referência para casos graves da doença. Essa manobra aumentou ainda mais o custo da instituição. Os insumos hospitalares no decorrer do ano de 2021 tiveram substancial elevação nos preços em razão da variação do IGP-M FGV, que durante o período, acumulou alta de 17,78%. Diante disso, os custos da unidade hospitalar apresentaram um aumento, sendo necessária a revisão no planejamento de compras e estoques de materiais para reduzir as sequelas financeiras no hospital e evitar a falta de insumos.

**Botucatu, 04 de fevereiro de 2022.**

**ANTONIO RUGOLO JUNIOR**
**DIRETOR PRESIDENTE**

**ALEXANDRE LUIZ ORLATO**
**CONTADOR CRC nº 1SP214.522/O-6**

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR**
**HOSPITAL DE BASE DE BAURU**
**CNPJ: 46.230.439/0013-45**

**CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
**PROCESSO: Nº 001.0500.000.059/2017**

**Relatório de Produção do Exercício de 2021**

| Consultas Médicas | Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Primeiras Consultas Rede | 8.160 | 7.821 | -4,15 |
| Interconsultas | 3.360 | 3.558 | 5,89 |
| Consultas Subsequentes | 24.480 | 24.173 | -1,25 |
| **Total** | **36.000** | **35.552** | **-1,24** |
| **Consultas Não Médicas** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Primeiras Consultas Rede | 0 | 23 | 0 |
| Interconsultas | 2.880 | 4.934 | 71,32 |
| Consultas Subsequentes | 15.120 | 20.315 | 34,36 |
| **Total** | **18.000** | **25.272** | **40,4** |
| **Atividade Cirúrgica** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Cirurgia Hospital - Dia | 0 | 0 | 0 |
| Cirurgias Ambulatoriais CMA | 1.152 | 2.006 | 74,13 |
| **Total** | **1.152** | **2.006** | **74,13** |

**continua**

**continuação**

| SADT Externo | Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Diagnóstico por Laboratório Clínico | 222.576 | 220.652 | -0,86 |
| Diagnóstico por Radiologia | 0 | 171 | 0 |
| Diagnóstico por Ultra Sonografia | 4.116 | 3.332 | -19,05 |
| Diagnóstico por Tomografia | 8.832 | 9.539 | 8 |
| Diagnóstico por Radiologia Intervencionista | 630 | 774 | 22,86 |
| Procedimentos Especiais em Hemoterapia | 88.800 | 79.693 | -10,26 |
| **Total** | **324.954** | **314.161** | **-3,32** |
| **Tratamentos Clínicos** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Diálise Peritoneal (pacientes) | 276 | 385 | 39,49 |
| Tratamento em Nefrologia-Tratamento Dialítico | 19.200 | 20.704 | 7,83 |
| Terapias Especializadas - Litotripsia | 6.000 | 5.092 | -15,13 |
| **Total** | **25.476** | **26.181** | **2,76%** |
| **Saídas Hospitalares Por Clínica** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Clínica Médica | 4.122 | 3.939 | -4,44 |
| Clínica Cirúrgica | 3.240 | 4.336 | 33,83 |
| **Total** | **7.362** | **8.275** | **12,4** |
| **Urgência e Emergência** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Consultas de Urgência | 16.800 | 14.424 | -14,14 |
| **Total** | **16.800** | **14.424** | **-14,14** |

| Exames de Alta Suspeição - Oncologia | Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| TC tórax | 160 | 75 | -53,13 |
| US tireóide | 120 | 94 | -21,67 |
| **Total** | **280** | **169** | **-39,64** |
| **Projeto Especial 'Corujão da Saúde - Oftalmologia'** | **Contratado** | **Realizado** | **%** |
| Consultas Médicas | 435 | 351 | -19,31 |
| Primeiras consultas em oftalmologia | 435 | 351 | -19,31 |
| Exames em Oftalmologia | 660 | 616 | -6,67 |
| Biometria Ultrassônica (Monocular) | 60 | 60 | 0 |
| Campimetria Computadorizada | 90 | 71 | -21,11 |
| Mapeamento de Retina | 450 | 448 | -0,44 |
| Retinografia Colorida Binocular | 60 | 37 | -38,33 |
| Cirurgias Oftalmológicas | 426 | 297 | -30,28 |
| Tratamento Cirúrgico de Pterígio | 60 | 58 | -3,33 |
| Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável | 270 | 194 | -28,15 |
| Fotocoagulação a laser | 96 | 45 | -53,13 |
| **Total** | **1521** | **1264** | **-16,90** |

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente